

Bornhausen encontra Íbsen Pinheiro para analisar projetos prioritários

por Adriana Vasconcelos
de Brasília

Preocupado com a definição da pauta de votações do Congresso no segundo semestre do ano, o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, tomou café-da-manhã ontem com o presidente da Câmara, deputado Íbsen Pinheiro (PMDB/RS), que lhe garantiu que entre as prioridades da Casa deverão estar: o projeto de reforma fiscal, a reforma partidária e eleitoral e o código de propriedade industrial.

Segundo Íbsen, no início de agosto, o colégio de líderes da Câmara deverá se reunir para definir sua pauta mínima de votações até o final do ano, a exemplo do que aconteceu no primeiro semestre. "Acredito que serão eleitas de seis a oito matérias entre nossas prioridades", prevê o depu-



Íbsen Pinheiro

tado. Ele afirma que a definição de um número reduzido de projetos para a pauta prioritária é um dos segredos para que a Casa possa cumprir sua meta.

Íbsen Pinheiro lembra que foi justamente isso que aconteceu no primeiro semestre legislativo. "Definimos oito projetos prioritá-

rios. E nessa reunião, todos os líderes me entregaram as assinaturas concedendo a urgência urgentíssima para as matérias. Demos então um prazo para que as comissões especiais ou permanentes apresentassem seus relatórios e substitutos. Depois foi tudo para plenário, onde as negociações acabaram sendo concluídas", lembrou.

Durante o café-da-manhã, que durou cerca de 20 minutos, em nenhum momento o ministro e o deputado falaram do andamento dos trabalhos da Comissão de Inquérito Parlamentar que apura as denúncias contra o empresário Paulo César Farias, o PC, dentro do governo.

"Discutimos basicamente a pauta de votações da Câmara", ressaltou Íbsen Pinheiro. Ele lembra que fez um alerta ao ministro sobre a tramitação do projeto de reforma fiscal:

"Sem acordo, não forço para pôr na pauta nenhuma emenda constitucional".

Como emendas constitucionais exigem quórum qualificado para a apreciação, Íbsen justifica que de nada adiantaria a matéria ir a plenário sem um mínimo de consenso. Ele cita o exemplo da emenda, que antecipa a realização do plebiscito sobre sistema de governo, que ficou quatro meses na pauta da Câmara mesmo tendo o apoio da maioria dos partidos.

O líder do governo no Senado, Marco Maciel (PFL/PE), em almoço ontem no Palácio do Planalto com o presidente Fernando Collor, sugeriu que projetos de interesse do Executivo, como o ajuste fiscal e o código de propriedade industrial, tenham uma discussão conjunta, com representantes da Câmara e Senado, o que aceleraria a sua tramitação.